



Educação e Pesquisa

ISSN: 1517-9702

revedu@usp.br

Universidade de São Paulo

Brasil

de Carvalho Fiúza, Ana Louise; de Almeida Pinto, Neide Maria; Rosa Costa, Elenice
Desigualdades de gênero na universidade pública: a prática dos docentes das ciências
agrárias em estudo

Educação e Pesquisa, vol. 42, núm. 3, julio-septiembre, 2016, pp. 803-818

Universidade de São Paulo

São Paulo, Brasil

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=29847323015>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais artigos
- Home da revista no Redalyc

redalyc.org

Sistema de Informação Científica

Rede de Revistas Científicas da América Latina, Caribe, Espanha e Portugal

Projeto acadêmico sem fins lucrativos desenvolvido no âmbito da iniciativa Acesso Aberto

Desigualdades de gênero na universidade pública: a prática dos docentes das ciências agrárias em estudo¹

Ana Louise de Carvalho Fiúza^{II}

Neide Maria de Almeida Pinto^{II}

Elenice Rosa Costa^{II}

Resumo

Este estudo teve como objetivo analisar as desigualdades de gênero existentes entre os docentes do Centro de Ciências Agrárias (CCA) da Universidade Federal de Viçosa (UFV), procurando identificar os fatores que poderiam influenciar esse viés de gênero. Buscou-se não apenas descrever as desigualdades de gênero nos espaços ocupados por homens e mulheres nos cursos de graduação e nos programas de pós-graduação do CCA/UFV, mas também compreender os mecanismos através dos quais as assimetrias de gênero se perpetuavam. Para tanto, utilizou-se o Currículo Lattes dos professores como fonte de informação para a análise das variáveis que apresentavam padrões diferenciados entre os docentes de ambos os sexos que atuavam nos programas de pós-graduação no campo das ciências agrárias na UFV. A análise dos dados relativos à distribuição por sexo também nos cursos de graduação do CCA visou a apresentar uma perspectiva completa das configurações de gênero em todas as instâncias acadêmicas: graduação, pós-graduação e docência. A grande pista que guiou as conclusões finais desta pesquisa foi alcançada a partir da percepção de que o vínculo de origem do docente mostrava relação com os padrões de orientação estabelecidos pelos professores na pós-graduação.

Palavras-chave

Gênero – Ciências agrárias – Socialização antecipatória.

I- Os autores agradecem ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e à Fundação de Amparo à Pesquisa de Minas Gerais (Fapemig) o financiamento recebido para a realização da pesquisa.

II- Universidade Federal de Viçosa, Minas Gerais, MG, Brasil.
Contatos: louiseffiúza@ufv.br;
nalmeida@ufv.br;
elenice.costa@ufv.br

Gender inequality in public university: the practice of professors of agricultural science¹

Ana Louise de Carvalho Fiúza^{II}

Neide Maria de Almeida Pinto^{II}

Elenice Rosa Costa^{II}

Abstract

This study has aimed to analyze gender inequality among professors of Centro de Ciências Agrárias (CCA – Agricultural Science Center), Universidade Federal de Viçosa (UFV), to identify the factors that could influence this gender bias. We sought not only to describe gender inequalities in the spaces occupied by men and women in undergraduate and graduate programs of CCA/UFV, but also to understand the mechanisms through which gender differences were perpetuated. To this end, we used the Lattes Curriculum of professors as a source of information for the analysis of the variables that showed different patterns between professors of both sexes who worked in the graduate programs in the field of agricultural science at UFV. The analysis of data on the distribution by sex also in undergraduate courses of CCA aimed to present a comprehensive overview of gender configurations at all academic levels: undergraduate and graduate education, as well as faculty. The big clue that guided the final conclusions of this research was the perception that professors' original link was related to the guidance standards set by professors in the graduate program.

Keywords

Gender – Agricultural science – Anticipatory socialization.

I- The authors thank Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) and Fundação de Amparo à Pesquisa de Minas Gerais (Fapemig) for research funding.

II- Universidade Federal de Viçosa, Minas Gerais, MG, Brasil.

Contacts: lousefiuza@ufv.br;

nalmeida@ufv.br;

elenice.costa@ufv.br

Introdução

Este estudo teve como motivação a observação de uma disparidade de gênero no campo da docência nos programas de pós-graduação do Centro de Ciências Agrárias (CCA) da Universidade Federal de Viçosa (UFV). No ano de 2013, havia duzentos professores orientando nos nove programas que apresentavam doutorado há pelo menos dez anos na instituição. Desses duzentos professores, 180 (noventa por cento) eram homens e vinte (dez por cento) eram mulheres. Ao se aprofundar um pouco mais a observação, analisando-se a entrada e a saída de estudantes no nível da graduação e da pós-graduação do CCA, constatou-se também um claro viés de gênero. O objetivo do presente artigo foi apresentar a descrição dessa situação e procurar entender os mecanismos que estão envolvidos na institucionalização das desigualdades de gênero no campo das ciências agrárias na UFV.

Estudos como os de Rosenberg (2001), Melo e Lastres (2004), Saavedra et al. (2011), Saboya (2013), dentre tantos outros, realizados especificamente na pós-graduação, vêm mostrando que, a despeito do crescimento expressivo do número de mulheres nesse nível de formação, o percentual que expressa a sua presença na docência na pós-graduação é muito menor que aquele relativo ao dos homens. Além disso, a participação das estudantes de pós-graduação e das pesquisadoras na produção e geração do conhecimento ainda é bastante desigual se comparada à dos pesquisadores no sistema universitário brasileiro. Contudo, para além desse viés quantitativo de gênero na ocupação do espaço acadêmico por homens e por mulheres, existem também diferenças no que se refere à sua forma de atuação, bem como em relação aos cargos que ocupam em sua trajetória acadêmica.

A importância desta investigação reside no fato de que ela buscou compreender os mecanismos instituídos internamente na academia, que reproduzem os vieses sexuais socialmente existentes, e possibilitar a percepção em

torno das formas de se romper com esse ciclo vicioso. Trabalhos como os de Keller (1989), Schiebinger (1989), Barral et al. (1999), Harding (1991), Rosenberg (2001) e Saboya (2013), na área da sociologia do conhecimento científico, já apontavam, desde a década de 1980, para os estereótipos sexuais presentes nas várias fases da ciência: desde a escolha do problema a ser investigado até a eleição das teorias explicativas utilizadas distintamente por homens e por mulheres. Neste sentido, interessou, nesta pesquisa, em um primeiro momento, levantar os dados relativos à posição de homens e de mulheres, desde a graduação até a docência, considerando os cursos pertencentes à área de ciências agrárias da Universidade Federal de Viçosa (UFV). Em um segundo momento, buscou-se identificar a trajetória dos professores-pesquisadores, de ambos os sexos, da graduação à docência, bem como a sua produtividade, atrelando-a aos mecanismos pelos quais ela se projetava, os quais se expressam na forma de publicações em periódicos, *status* acadêmico e cargos ocupados.

Marco teórico

O marco teórico para a investigação do fenômeno relativo ao lugar das mulheres em uma determinada profissão, no caso em questão, na carreira de professora do ensino superior, no campo das ciências agrárias, pode ter sua ancoragem conceitual fornecida pelo interacionismo simbólico, que chama a atenção para as diferenciações internas existentes no âmbito das profissões. Segundo Hughes (1958), citado por Dubar (2005, p. 180):

Toda profissão tende a se constituir em grupo de pares com seu código informal, suas regras de seleção, seus interesses e sua linguagem comum e a secretar estereótipos profissionais, excluindo, de fato, quem não corresponde a eles.

Segundo a perspectiva de Hughes (1996), os estereótipos se organizariam em

torno de caracteres relativos ao sexo, à cor, à etnia, à religião e à classe social. Para o autor, a luta das minorias sociais para adentrar determinadas profissões não suprimiria os estereótipos, mas os deslocaria, resultando em hierarquias profissionais entre os detentores do tipo ideal desejável e aqueles pertencentes às minorias sociais, que ocupariam subfunções desvalorizadas. Assim, aplicado ao caso em questão, das professoras-orientadoras no campo das ciências agrárias, poderíamos esperar que tais derivações dos estereótipos profissionais as colocassem em funções menos nobres dentro da carreira do magistério superior e no âmbito da pesquisa científica que aquelas dos professores-orientadores, o que repercutiria em desigualdades nas posições ocupadas ao longo das suas carreiras. Hughes (1996) realizou estudos com mulheres médicas,

[...] mostrando como elas se encontravam frequentemente confinadas aos cuidados com as crianças e eram chamadas de “docteur poule” (*hendocor*), assistindo-se a uma hierarquização interna ao grupo profissional, reservando o essencial da carreira aos profissionais dotados dos traços conformes ao estereótipo dominante (DUBAR, 2005, p. 181).

Hughes (1996, p. 54, tradução nossa) chama a atenção para a “constituição de grupos de referência no interior da profissão”. Para o autor, o grupo de referência serviria para definir o perfil do profissional desejável no interior de cada carreira e funcionaria como um mecanismo de seleção dos iniciados e de projeção, para estes, do modelo profissional que devem seguir. Esse processo de constituição do modelo profissional a ser seguido, por parte do “iniciado-selecionado”, descreve o fenômeno da “socialização antecipatória” descrita por Merton (1987), segundo o qual um indivíduo interioriza e se referencia nos valores de um grupo ao qual deseja pertencer. De acordo com o autor, tal processo de identificação social

decorreria de uma lógica de frustração relativa, através da qual o indivíduo se compararia aos membros do grupo de referência com *status* mais elevado, buscando, então, forjar para si uma identidade não a partir do seu grupo de pertencimento, mas, sim, a partir do seu grupo de referência. Esse fenômeno adequa-se bem a grupos que possuem a possibilidade de obter grande mobilidade social.

Aquilo para que tanto Merton (1987) quanto Hughes (1996) chamavam a atenção, respectivamente, ao se referirem à “socialização antecipatória” e ao “grupo de referência”, era a existência de uma espécie de “planificação seletiva”, que direcionaria os “iniciados-identificados” que apresentassem as características apropriadas e o grau de engajamento desejável com as tarefas típicas da profissão a seguirem a trajetória do “grupo de referência”. Os iniciados que apresentassem os estereótipos que os identificam como neófitos da profissão e, portanto, aptos a seguirem a carreira de seus mestres, seriam, então, orientados em suas trajetórias, o que resultaria em uma “fecundidade operacional” nas suas *performances* acadêmico-científicas, tais como: participação em trabalhos de campo com professores orientadores, bolsas de pesquisa, publicações em periódicos em parceria com os mestres etc. Hughes (1996) refere-se a esse processo como um mecanismo de distribuição dos diferentes perfis profissionais em diversos graus hierárquicos dentro da carreira. Tal distribuição hierárquica dentro da carreira se efetivaria, assim, como resultado do grau de fecundidade com o qual os diferentes formandos operariam o capital intelectual a eles destinado no campo acadêmico.

Os problemas que as mulheres enfrentam ainda hoje para se estabelecerem na ciência relacionam-se ao fato de o conhecimento e a cultura erudita serem associados com atributos masculinos. Estudos como o de Dubar (2005), voltados para a compreensão das identidades sociais e profissionais de homens e mulheres, observam que o ambiente de uma criança é um

fator importante no refinamento de aptidões e na elaboração de futuros interesses. Os fatores que levam moças e rapazes a se interessarem por ou a rejeitarem a ciência como carreira são trabalhados desde muito cedo. Segundo Schiebinger (2001), os adultos tendem a dar brinquedos que reforçam estereótipos sexuais, antes que as próprias crianças possam expressar as suas preferências.

Os estereótipos vivenciados dentro da unidade familiar também estão presentes nas escolas. Como afirma Silva (2010), é na escola, desde a mais tenra idade, que as capacidades das crianças são dirigidas para reforçar atributos tidos como típicos de cada sexo. Assim, a escola se constituiria como uma delimitadora de espaços, afirmando o que meninos podem ou não fazer, introjetando símbolos e códigos com viés de gênero. Nesse sentido, as próprias universidades não têm sido instituições diferentes da escala de uma forma mais ampla. Desde a sua fundação, no século XII, até o final do século XIX e, em alguns casos, até o início do século XX, as mulheres eram excluídas dos estudos. Umas poucas mulheres, entretanto, estudaram e lecionaram em universidades a partir do século XIII – primeiramente na Itália. Elas, com frequência, prosperaram em campos, como a física e a matemática, considerados hoje especialmente resistentes às incursões femininas (SCHIEBINGER, 2001). Entretanto, a situação dessas mulheres tornava-se ainda mais difícil entre os médicos e psiquiatras darwinistas. Segundo Sedeño (2006, p. 43, tradução nossa), esses afirmavam que:

Para eles a mulher não era um ser humano com um papel específico dentro do processo reprodutivo da espécie, era, pois, *uma variedade humana especializada na reprodução*. As mulheres eram intuitivas e instintivas, os homens eram diferentes porque neles os instintos e emoções eram controlados pelo intelecto racional.

No início da década de 1980, Rossiter (1982) propôs dois conceitos para compreender a massa de estatísticas sobre as mulheres na

ciência e as desvantagens que elas continuavam a sofrer. Denominou o primeiro de *segregação hierárquica*, o conhecido fenômeno pelo qual, conforme se sobe a escada do poder e prestígio, cada vez menos rostos femininos são vistos. Essa noção talvez seja mais útil do que a do teto de vidro, que aponta para a barreira supostamente invisível que impede as mulheres de atingirem o topo. A noção de disparidades hierárquicas chama a atenção para as múltiplas etapas nas quais as mulheres são excluídas ao tentarem subir escadas acadêmicas ou industriais. Zuckerman e Cole (1991) dedicaram-se a estudar o enigma da produtividade acadêmica relativa à diferença entre os sexos na produção científica. Eles mostraram que, para um grupo de cientistas doutorando-se em 1970, a taxa de publicações das mulheres era aproximadamente a metade da dos homens, em todos os campos da ciência. Zuckerman e Cole (1991) descobriram que as diferenças de gênero em publicações começavam cedo na carreira e cresciam com o amadurecimento dos cientistas. Segundo a pesquisa dos referidos autores, doze anos após se doutorarem, 22 por cento das mulheres não haviam publicado um único artigo científico. Essa taxa caía pela metade entre os homens. Outro dado apontado pelo estudo foi o de que, independente da produtividade das mulheres, elas não eram recompensadas da mesma forma que os homens com aumentos salariais ou cargos. Também a movimentação de recursos para realizar pesquisas por parte das mulheres era menor do que a dos homens. Nesse mesmo sentido, Acker (2003) aponta para uma cultura masculina em torno do trabalho, envolvendo a produção de conhecimento científico, tecnológico e a gestão acadêmica.

Metodologia

Esta pesquisa pode ser caracterizada, em termos dos seus objetivos, como sendo descritiva-explicativa, em virtude não apenas de ter buscado descrever as desigualdades de gênero nos espaços ocupados por homens e por mulhe-

res nos cursos de graduação e pós-graduação – bem como na docência dos pós-graduação do Centro de Ciências Agrárias (CCA) da UFV – mas também de ter se proposto a identificar os mecanismos através dos quais essas assimetrias de gênero se perpetuavam. A pesquisa teve um caráter *cross-sectional*, tendo a coleta de dados nos Currículos Lattes dos pesquisados sido realizada de forma pontual, no ano de 2013. Todavia, embora tenha tido esse caráter *cross-sectional*, ela levantou dados relativos a toda a trajetória do pesquisador na instituição, desde a sua entrada na mesma até o referido ano limite da análise, 2013.

A pesquisa realizada foi mais ampla que o recorte apresentado neste artigo. Nele, priorizou-se destacar as variáveis que mostraram estar mais relacionadas aos processos de institucionalização das desigualdades de gênero na área de ciências agrárias na Universidade Federal de Viçosa, quais sejam: o local onde o docente fez a sua formação acadêmica (graduação, mestrado, doutorado e pós-doutorado); e a relação entre o sexo do orientador e a distribuição dos orientandos em todos os níveis da formação como pesquisador (iniciação científica, mestrado, doutorado e pós-doutorado). Todavia, na pesquisa mais ampla, analisaram-se também outras variáveis: o tempo do docente na instituição; o seu tempo como orientador; o número de artigos publicados desde o início da sua carreira até o ano de 2013, considerando os artigos publicados só com homens e só com mulheres; e a classificação atribuída pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) ao pesquisador segundo a sua produtividade.

O primeiro passo da pesquisa, no que diz respeito aos docentes, foi, portanto, o salvamento dos Currículos Lattes de cada um dos professores-pesquisadores que atuavam nos nove programas do CCA. Considerou-se 2013 como o ano limite para a contabilização dos dados a serem levantados em cada Currículo Lattes. O levantamento dos dados relativos aos Currículos Lattes de cada um dos duzentos docentes que atuavam na pós-graduação

do CCA em 2013 levou cerca de seis meses. Considera-se, dessa forma, que pode ter havido uma pequena distorção dos dados, em função de algum professor que teve seus dados levantados no início da investigação poder ter tido alguma publicação posterior que não foi incluída. Contudo, essa distorção pode ser considerada mínima, visto que se levou em consideração a produção ao longo de toda a vida acadêmica do docente, o que acaba por revelar um padrão, que foi, então, detectado através do levantamento. Houve também a necessidade de não se repetir o levantamento de dados referentes aos currículos dos professores que atuavam em mais de um programa de pós-graduação. Nesse caso, o docente foi considerado como integrante do programa no qual atuava há mais tempo.

Já no que diz respeito aos dados relativos aos estudantes que atuavam na graduação e na pós-graduação, realizou-se um levantamento dos mesmos considerando apenas o sexo e a forma como estavam distribuídos nos cinco cursos de graduação do CCA: agronomia, cooperativismo, engenharia agrícola e ambiental, engenharia florestal e zootecnia, bem como nos nove programas de pós-graduação do CCA que tinham o doutorado há pelo menos dez anos: engenharia florestal, economia aplicada, engenharia agrícola, fitopatologia, fitotecnia, genética e melhoramento, meteorologia agrícola, solos e nutrição de plantas e zootecnia. A condição de ter doutorado há, pelo menos, dez anos foi estipulada em função de se ter como um dos objetivos específicos desta pesquisa analisar o perfil de orientação dos professores e das professoras tanto na iniciação científica, como no mestrado, no doutorado e no pós-doutorado. A justificativa pela escolha do CCA foi o fato do mesmo ter programas com mais de cinquenta anos e apresentar um nítido viés sexista em todos os níveis da vida acadêmica.

Quanto ao método de análise, os dados obtidos foram lançados no programa Statistical Package for the Social Sciences (SPSS), que realiza análises estatísticas. Esse programa foi

utilizado basicamente para fazer análises cruzadas entre variáveis, considerando-se, por exemplo, o sexo do professor e o número e o sexo dos seus orientandos em nível de iniciação científica, de mestrado, de doutorado e de pós-doutorado; o sexo do professor e o número de parcerias com homens e com mulheres em artigos; ou, ainda, o sexo do professor e seu *status* como pesquisador segundo o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), dentre tantas outras análises cruzando variáveis.

Resultados e análises

Os dados levantados nesta pesquisa tiveram, inicialmente, um caráter descritivo, apresentando a distribuição dos estudantes por sexo, em seus respectivos cursos, tanto no nível da graduação como da pós-graduação. A tabela 1 permite a observação do número de matriculados e diplomados em todos os cursos de gra-

duação da área de ciências agrárias, no primeiro e segundo semestres, entre os anos de 2010 e 2014. Percebe-se, nos mesmos, uma tendência à estabilidade das porcentagens de entrada e de saída de alunos: os homens com uma porcentagem próxima a sessenta por cento na entrada e na saída, enquanto as mulheres com uma porcentagem próxima a quarenta por cento em ambas as situações. Ou seja, tal situação está de acordo com a tese de Hughes (1996), que afirma que se pode esperar uma trajetória provável ao longo de uma formação profissional quando esta se constrói sobre estereótipos sexuais, de cor, de etnia ou outros que modelem o tipo ideal de profissional. Ao se observar a trajetória de formação dos estudantes, pode-se considerar como plausível a hipótese de que o sistema de oportunidades dos estudantes e das estudantes pode estar sendo perpassado por um “sistema de expectativas legitimadas” (HUGHES, 1996), construído com base no estereótipo sexual do profissional desejável à área.

Tabela 1 – Graduação – Número de matriculados e diplomados na área de ciências agrárias – Campus Viçosa (1º e 2º Semestres de 2014)

Anos	Matriculados						Diplomados					
	1º semestre			2º semestre			1º semestre			2º semestre		
	M	F	Total	M	F	Total	M	F	Total	M	F	Total
2010	1405 60%	929 40%	2334 100%	1303 60%	880 40%	2183 100%	91 66%	47 34%	138 100%	97 55%	79 45%	176 100%
2011	1453 61%	941 39%	2394 100%	1361 61%	880 39%	2241 100%	100 65%	53 35%	153 100%	139 65%	73 35%	212 100%
2012	1430 60%	947 40%	2377 100%	1298 60%	863 40%	2161 100%	88 63%	52 37%	140 100%	103 56%	82 44%	185 100%
2013	1481 61%	957 39%	2438 100%	1363 61%	879 39%	2242 100%	76 59%	53 41%	129 100%	97 54%	82 46%	179 100%
2014	1497 61%	957 39%	2454 100%	1363 61%	882 39%	2245 100%	78 65%	42 35%	120 100%	-	-	-
Média	61%	39%	100%	61%	39%	100%	64%	36%	100%	57%	43%	100%

Fonte: Dados da pesquisa (2014).

Já quando se analisa a formação científica na pós-graduação, percebe-se que o viés de gênero permanece. Para chegar a essa constatação, considerou-se os estudantes matriculados no ano de 2013, a fim de se obter uma visão geral da distribuição por sexo. O levantamento desse dado foi feito somando-se os estudantes que ingressaram nos nove programas de pós-graduação do CCA com mais de dez anos de existência. A tabela 2, apresentada a seguir, mostra o número total de orientandos, segundo o sexo e o nível de formação científica (iniciação científica, mestrado, doutorado e pós-doutorado) de cada um dos duzentos orientadores pesquisados, do início das suas atividades de orientação até o ano de 2013. A tabela apre-

senta o maior percentual de homens do que de mulheres em todos os níveis de qualificação. Um fato que chama a atenção diz respeito ao crescimento contínuo desses percentuais à medida que se avança na qualificação. Assim, esse percentual aumenta entre os homens da iniciação científica para o mestrado e deste para o doutorado, enquanto entre as mulheres ocorreu exatamente o contrário, uma diminuição. A exceção ficou por conta do nível de pós-doutorado, que apresentou o maior percentual de qualificação entre as professoras. Tal investimento nesse nível de formação pode indicar uma estratégia das mulheres pesquisadoras para aumentar as suas oportunidades dentro da carreira acadêmica.

Tabela 2 – Distribuição dos orientandos nos programas de ciências agrárias da UFV, considerando o sexo, o nível de formação científica e o somatório total por orientador até o ano de 2013

Iniciação científica			Mestrado			Doutorado			Pós-doutorado		
M	F	T	M	F	T	M	F	T	M	F	T
2046	1107	3153	2349	1213	3562	1500	669	2169	192	131	323
65%	35%	100%	66%	34%	100%	69%	31%	100%	59%	41%	100%

Fonte: Dados da pesquisa (2014).

O crescimento contínuo na formação dos homens e o decréscimo contínuo na formação das mulheres da iniciação científica até o doutorado poderia indicar, por um lado, a influência dos papéis sexuais, socialmente atribuídos, agindo na academia. Poder-se-ia acreditar que os homens pesquisadores teriam uma perspectiva e/ou uma possibilidade de formação profissional continuada em função das perspectivas socialmente existentes, que vinculam suas funções laborais à esfera pública. Em contrapartida, poder-se-ia acreditar que a mulher teria o seu investimento na carreira profissional coibido em função dos seus papéis sociais, que a orientam para a esfera privada. Todavia, pesquisas realizadas por vários autores, como Leta (2003), sugerem que essa não é uma interpretação plausível, em função de os percentuais de pesquisadoras com até dois filhos não apresentarem diferença em relação à carreira, se comparados àqueles

relativos às pesquisadoras sem filhos. Assim, as atribuições domésticas, em si, não poderiam ser consideradas como explicativas das assimetrias no aprofundamento dos níveis de qualificação entre homens e mulheres no campo das ciências agrárias. Portanto, mais importante se faz buscar a compreensão em torno dos mecanismos internos à academia, através dos quais os vieses de gênero se reproduzem.

A tabela 3 mostra exatamente esse universo sexualmente assimétrico existente na área das Ciências Agrárias, ao apresentar o número de pesquisadores e de pesquisadoras dos programas de pós-graduação do CCA. Dentre os duzentos professores-pesquisadores que atuavam nos programas de pós-graduação da área de ciências agrárias na UFV no ano de 2013, 180 eram homens, o que correspondia a noventa por cento do total, e vinte eram mulheres, correspondendo a apenas dez por cento dos professores-pesquisadores. A tabela

a seguir apresenta, de forma mais específica, a diferenciação sexual que está posta em cada um dos nove programas de pós-graduação

do CCA/UFV, revelando a proporção muito maior de homens do que de mulheres neles existentes.

Tabela 3 – Sexo do professor por programa de pós-graduação

		Sexo do professor		Total
		Masculino	Feminino	
Programas de Pós-Graduação	Solos	20 (87%)	3 (13%)	23(100%)
	Engenharia Agrícola	25 (89%)	3 (11%)	28 (100%)
	Economia Aplicada	9 (82%)	2 (18%)	11 (100%)
	Meteorologia Agrícola	3 (100%)	0 (0%)	3 (100%)
	Fitotecnia	33 (94%)	2 (6%)	35 (100%)
	Genética e Melhoramento de Plantas	24 (89%)	3 (11%)	27 (100%)
	Fitopatologia	15 (88%)	2 (12%)	17 (100%)
	Zootecnia	27 (90%)	3 (10%)	30 (100%)
	Engenharia Florestal	24 (92%)	2 (8%)	26 (100%)
Total		180 (90%)	20 (10%)	200 (100%)

Fonte: Dados da pesquisa (2014).

Procurou-se complementar o caráter descritivo da pesquisa com análises realizadas de uma perspectiva explicativa. Para tanto, considerou-se, como uma das variáveis que poderiam interferir nas configurações dos vieses de gênero no campo das ciências agrárias da UFV, o local onde o(a) professor(a) cursou a

graduação, o mestrado e o doutorado. Chama a atenção, nos dados apresentados, o fato de que, entre os professores homens, 73 por cento tenham feito sua graduação na instituição na qual hoje lecionam. Já no caso das mulheres professoras, esse percentual cai para 35 por cento, ou seja, menos da metade.

Tabela 4 – Instituição de realização da graduação, do mestrado e do doutorado, segundo o sexo do professor

		Nível de formação					
		Graduação		Mestrado		Doutorado	
UFV	H	131	73%	138	77%	69	38%
	M	7	35%	11	55%	7	35%
	T	138	69%	149	75%	76	38%
Local	H	45	25%	31	17%	35	19%
	M	13	65%	31	17%	35	19%
	T	58	29%	9	45%	7	35%
Fora do Brasil	H	4	2%	11	6%	76	42%
	M	0	0%	0	0%	6	30%
	T	4	2%	11	6%	82	41%
Total	H	180	90%	180	90%	180	90%
	M	20	10%	20	10%	20	10%
	T	200	100%	200	100%	200	100%

Fonte: Dados da pesquisa (2014).

Ao se considerar que as docentes que realizaram o mestrado na própria instituição na qual se tornaram professoras tenham apresentado um percentual mais expressivo (55 por cento) do que o daquelas que fizeram a graduação na instituição onde se tornaram professoras (35 por cento), percebe-se que esse percentual foi muito superior no segmento dos homens que fizeram mestrado na própria instituição onde se tornaram professores (77 por cento). Tal fato, no caso dos homens, parece apontar para uma quase justaposição entre a formação de mestrado e a graduação, que têm percentuais muito próximos, observando-se que, de fato, apenas quatro por cento daqueles que fizeram mestrado na própria instituição na qual se tornaram professores não haviam feito a graduação nessa mesma instituição. Constatou-se, assim, que, entre os homens, a endogamia institucional já se manifesta no nível da graduação, enquanto, entre as mulheres, ela é bem menor e se torna um pouco mais expressiva só no nível do mestrado.

No que diz respeito ao doutorado, observou-se que entre os homens havia um maior percentual dos professores que fizeram o doutorado fora do Brasil e não na própria instituição de origem. Tal dado aponta para a hipótese da força da sociabilidade relativa aos vínculos de base, na graduação e no mestrado, para que o indivíduo alcance a condição de docente. Assim, cursar o doutorado fora do Brasil, para os homens, já poderia ocorrer dentro de uma rede de contatos e de relações que possibilitaria ao indivíduo voltar para a sua instituição de origem e alçar-se à condição de professor caso não a possuísse no momento de sua saída para o doutorado.

Notou-se que, quando se vinculava a formação no mestrado com a docência na própria universidade, o percentual entre os homens ainda era um pouco maior do que o encontrado na graduação (77 por cento), enquanto entre as mulheres esse percentual continuava menor (55 por cento), embora fosse bem superior ao encontrado na graduação.

Observa-se, assim, que, para além do grupo de graduandos que se tornou professor, agregou-se um pequeno percentual que não havia feito a sua graduação na própria instituição de origem. Já no caso das mulheres, o mestrado teve um peso mais significativo que a graduação, sendo que parte significativa dessas mestrandas que mais tarde se tornaram professoras fez a sua graduação em outra instituição.

Desta forma, constatou-se que a origem do professor, ou seja, o fato do mesmo ter cursado a graduação na instituição na qual ele se tornou professor, apresenta um percentual de aprovação para a docência duas vezes superior ao das mulheres. O argumento de Merton (1996) acerca da “socialização antecipatória” parece aplicar-se perfeitamente a essa situação, na qual a formação de base na graduação, no caso dos homens, os insere em uma rede de referência que os socializa na direção da sua condição futura de docentes. Dentro desse processo de “socialização antecipatória”, ocorre uma orientação planejada em termos da seleção de atividades e de laços que os qualificam de forma diferenciada daquela que ocorre com as mulheres, as quais, durante toda a formação acadêmica, apresentam-se menos inseridas nas redes formadas pelos “professores-referência” dos cursos com perfil profissional mais sólido.

Não se pode, por outro lado, desconsiderar que, entre as mulheres que se tornaram docentes, a formação fora da UFV se deu em um percentual muito maior que o dos homens. Assim, as perguntas que necessitam ser respondidas são: 1) Por que o vínculo de origem dos homens na graduação é tão mais significativo do que para as mulheres?; e 2) De que forma esse vínculo de origem se transforma em um capital intelectual para o futuro docente? Talvez, começar a responder primeiro à segunda questão ajude a responder também a primeira.

Ao se considerar as características da orientação realizada por professores e professoras na iniciação científica, constatou-se que as professoras orientaram um percentual maior de estudantes nesse nível que os professores: sessenta por

cento das professoras orientaram mais de quinze estudantes, enquanto, entre os professores, 66 por cento orientaram menos de quinze estudantes ao longo da sua carreira acadêmica. Observou-se, assim, uma tendência inversa: as professoras orientavam mais estudantes em nível de iniciação científica que os professores. A tabela 5, apresentada a seguir, busca analisar especificamente a forma como se estabelece o vínculo entre professor e aluno na iniciação científica, enfatizando o viés de gênero. A tabela permite a visualização da forma como os professores e as professoras realizam a orientação de estudantes homens e mulheres no nível da iniciação científica.

Observando-se a tabela, 5 nota-se que houve uma tendência maior de os professores do sexo masculino orientarem mais homens na iniciação científica do que mulheres. O

percentual de professores que orientaram até cinco estudantes do sexo masculino em nível de iniciação científica foi de 69,4 por cento, sendo significativamente superior ao registrado no caso das estudantes, 50,6 por cento. Já a porcentagem de professoras que orientaram estudantes do sexo masculino na iniciação científica permaneceu bastante similar à das estudantes do sexo feminino. Ou seja, as professoras tendiam a orientar de forma proporcional estudantes de ambos os sexos na iniciação científica. Embora se possa argumentar que o número de estudantes do sexo masculino seja maior do que aquele do sexo feminino, o percentual de professoras orientadoras é de apenas dez por cento e são elas as principais orientadoras das estudantes mulheres no nível da iniciação científica.

Tabela 5 – Número de orientandos de iniciação científica segundo o sexo do professor

Nº. de orientandos(as) Iniciação Científica.	Sexo do professor orientador dos orientados		Total dos orientados masculinos	Sexo do professor orientador das orientadas		Total das orientadas femininas
	Masculino	Feminino		Masculino	Feminino	
0-5	91 (50,6%)	7 (35%)	98 (49%)	125 (69,4%)	6 (30%)	131 (65,5%)
6-10	34 (18,9%)	6 (30%)	40 (20%)	30 (16,7%)	11 (50%)	41 (20%)
11-15	24 (13,3%)	1 (5%)	25 (12,5%)	16 (8,8%)	1 (5%)	17 (8,5%)
16-20	14 (6,2%)	2 (10%)	16 (6,5%)	4 (2,3%)	1 (5%)	5 (2,5%)
21-30	12 (6,9%)	0 (0%)	12 (6%)	3 (1,7%)	1 (5%)	4 (2%)
31-40	4 (2,3%)	2 (10%)	6 (3%)	1 (0,6%)	0 (0%)	1 (0,5%)
41-50	0 (0%)	1 (5%)	1 (0,5%)	1 (0,6%)	1 (5%)	2 (1%)
51-100	3 (1,8%)	1 (5%)	4 (2,5%)	0 (0%)	0 (0%)	0 (0%)
61-190	1 (0,6%)	0 (0%)	1 (0,5%)	0 (0%)	0 (0%)	0 (0%)
TOTAL	180 (100%)	20 (100%)	200 (100%)	180 (100%)	20 (100%)	200 (100%)

Fonte: Dados da pesquisa (2014).

Encaminhando a análise para o nível de mestrado, percebeu-se uma tendência contrária à da iniciação científica: os professores orientavam um maior número de estudantes do que as professoras. Se os professores que atuam na pós-graduação na área de ciências agrárias representam noventa por cento dos orientadores da pós-graduação e se quase sessenta por cento deles não orientou mais do que cinco estudantes mulheres no nível do mestrado ao longo de

toda a sua vida acadêmica, tal situação vai resultar em uma seleção gendrificada, que favorece os estudantes do sexo masculino quanto ao desenvolvimento do seu *capital intelectual* dentro do campo acadêmico. Mesmo considerando que existem mais estudantes do sexo masculino que feminino, as professoras que atuam nos programas de pós-graduação do CCA e que representam apenas dez por cento dos docentes, tendem a orientar mais mulheres

ao longo da sua carreira acadêmica do que os professores. Contudo, em relação às professoras, não se nota uma sociabilidade entre iguais, visto que elas orientam mais estudantes do sexo masculino que feminino. Enfim, os dados permitem a consideração de que as estudantes não são acolhidas nas redes masculinas de orientação, que incluem predominantemente os estudantes do sexo masculino. Portanto, é

razoável afirmar que a sociabilidade masculina entre professores e estudantes é fruto de uma escolha dos primeiros, enquanto a sociabilidade feminina estabelecida entre as estudantes e as professoras é quase um destino. As portas abertas para as estudantes entrarem no mestrado são as das professoras, que, por sua vez, acolhem também os estudantes do sexo masculino, em percentual até superior.

Tabela 6 – Número de orientandas de mestrado segundo o sexo do professor

Nº. de mestrandas	Sexo do professor orientador		Total
	Masculino	Feminino	
0-5	107 (59,3%)	9 (40%)	116 (58%)
6-10	54 (29,9%)	5 (25%)	59 (29,5%)
11-15	11 (6,2%)	5 (25%)	16 (8%)
16-20	3 (1,8%)	1 (5%)	4 (2%)
21-30	3 (1,7%)	0 (0%)	3 (1,5%)
31-40	1 (0,6%)	0 (0%)	1 (0,5%)
41-50	1 (0,6%)	0 (0%)	1 (0,5%)
TOTAL	180 (100%)	20 (100%)	200 (100%)

Fonte: Dados da pesquisa (2014).

Ao se observar a relação dos professores com os mestrandos, a situação é completamente diferente daquela estabelecida com as mestrandas: 23,6 por cento deles orientaram mais de quinze mestrandos, enquanto apenas 4,7 por cento orientaram mais de quinze mestrandas. A tendência ao maior número de orientações de mestrandos entre os professores fica clara quando se contrapõem os 23,9 por cento que orientaram até cinco mestrandos aos 76,1 por cento daqueles que orientaram mais de cinco mestrandos. Contudo, ao se observar que dez por cento das professoras orientaram mais de quinze mestrandos, percebe-se que esse percentual representava o dobro das orientações voltadas para as estudantes. Isso sugere que as professoras, embora sejam as maiores orientadoras em potencial entre as mestrandas, orientaram, de fato, um percentual maior de mestrandos. Isso pode ser indicativo de que não há, por parte das professoras, uma sociabilidade profissional marcada pelo pertencimento ao mesmo sexo, tal como acontece entre os homens.

Tabela 7 – Número de orientandos de mestrado segundo o sexo do professor

Nº. de mestrandos	Sexo do professor orientador		Total
	Masculino	Feminino	
0-5	43 (23,9%)	6 (30%)	49 (24,5%)
6-10	45 (24,9%)	7 (35%)	52 (26%)
10-15	50 (28,2%)	5 (25%)	55 (27,5%)
16-20	19 (10,6%)	1 (5%)	20 (10%)
21-30	15 (8,3%)	1 (5%)	16 (8%)
31-40	4 (2,3%)	0 (0%)	4 (2%)
41-50	2 (1,2%)	0 (0%)	2 (1%)
51-60	1 (0,6%)	0 (0%)	1 (0,5%)
61-80	1 (0,6%)	0 (0%)	1 (0,5%)
TOTAL	180 (100%)	20 (100%)	200 (100%)

Fonte: Dados da pesquisa (2014).

Observou-se, ainda, entre os professores, que as desigualdades de gênero incidem também no campo de possibilidade das orientações. Nas orientações no doutorado, que têm maior peso na carreira profissional do docente do que a orientação de mestrado, em virtude da superioridade do nível de formação e da qualidade das publicações, a situação torna-se, de fato,

ainda mais nítida com relação a essa tendência. Na tabela 8, que se segue, nota-se que mais da metade das professoras tiveram as suas orientações de doutorado concentradas no estrato com menor número de orientandos, até cinco, enquanto quase trinta por cento dos professores tiveram mais de quinze orientandos. Em termos de tendência, portanto, configura-se uma oposição: na extremidade relativa ao menor número de orientandos de doutorado, encontram-se 55 por cento das professoras, e na de maior número, trinta por cento dos professores. Mas o que essa oposição pode indicar? Algumas hipóteses parecem plausíveis: a) que os professores conseguem se qualificar para orientar doutorandos mais cedo que as professoras; b) que a qualificação mais precoce estabelece um círculo virtuoso por resultar em produtividade científica e esta, por sua vez, em mais orientandos. Contudo, essa realidade, de trinta por cento dos professores com mais de quinze orientandos de doutorado, não pode ofuscar a realidade do estrato intermediário, daqueles que possuem entre onze e vinte orientandos. Neste estrato intermediário, a porcentagem dos professores e das professoras até favorece ligeiramente as últimas. Constata-se, assim, que um percentual significativo de professoras, quarenta por cento, consegue estar no mesmo patamar de orientação que 35 por cento dos professores.

Tabela 8 – Número total de orientandos de doutorado segundo o sexo do professor

Nº. de doutorandos	Sexo do professor orientador		Total
	Masculino	Feminino	
0-5	54 (30%)	11 (55%)	65 (30,5%)
6-10	45 (25%)	1 (5%)	46 (23%)
11-15	31 (17,2%)	5 (25%)	36 (18%)
16-20	32 (17,6%)	3 (15%)	35 (17,5%)
21-30	13 (7,3%)	0 (0%)	13 (6,5%)
31-40	2 (1,2%)	0 (0%)	2 (1%)
41-50	2 (1,2%)	0 (0%)	2 (1%)
51-60	1 (0,6%)	0 (0%)	1 (0,5%)
TOTAL	180 (100%)	20 (100%)	200 (100%)

Fonte: Dados da pesquisa (2014).

Ao se analisar mais detidamente a situação das doutorandas, percebe-se que 81,7 por cento dos professores não orientaram mais do que cinco mulheres, enquanto entre as professoras esse percentual foi menor, 75 por cento. Nota-se que, novamente, no nível do doutorado, as professoras também tenderam a orientar mais mulheres do que os professores, uma vez que 25 por cento delas orientaram mais de cinco doutorandas e apenas 18,5 por cento dos professores o fizeram.

Tabela 9 – Número de orientandas de doutorado segundo o sexo do professor

Nº. de doutorandas	Sexo do professor orientador		Total
	Masculino	Feminino	
0-5	147 (81,7%)	15 (75%)	162 (81%)
6-10	28 (15,6%)	4 (20%)	32 (16%)
11-15	2 (1,1%)	1(5%)	3 (1,5%)
16-20	1 (0,6%)	0 (0%)	1 (0,5%)
21-30	2 (1,1%)	0 (0%)	2 (1%)
TOTAL	180 (100%)	20 (100%)	200 (100%)

Fonte: Dados da pesquisa (2014).

Se, entre os professores, 81,7 por cento deles não orientou mais de cinco doutorandas, entre os doutorandos, esse dado caiu para 43,4 por cento. Ou seja, 56,6 por cento dos professores orientaram mais de cinco doutorandos, enquanto que, entre as doutorandas, esse percentual foi de 18,3 por cento, aproximadamente três vezes menor. Contudo, entre as professoras, o percentual daquelas que orientaram mais de cinco doutorandos foi maior do que aquele relativo à orientação de doutorandas: trinta por cento e 25 por cento, respectivamente. Isso reforça a hipótese de que não é a sociabilidade entre pessoas do mesmo sexo que explica o porquê de as professoras orientarem mais mulheres do que os professores em todos os níveis, já que esse percentual das suas orientandas é menor do que o de orientandos. Ou seja, as professoras orientavam mais homens do que mulheres, apesar de serem as orientadoras preferenciais das estudantes mulheres.

Tabela 10 – Número de orientandos de doutorado segundo o sexo do professor

Nº. de Doutorandos	Sexo do professor orientador		Total
	Masculino	Feminino	
0-5	78 (43,4%)	14 (70%)	92 (46%)
6-10	48 (26,7%)	3 (15%)	51 (25,5%)
11-15	37 (20,4%)	3 (15%)	40 (20%)
16-20	11 (6,1%)	0 (0%)	11 (5,5%)
21-30	3 (1,8%)	0 (0%)	3 (1,5%)
31-40	3 (1,8%)	0 (0,0%)	3 (1,5%)
TOTAL	180 (100%)	20 (100%)	200 (100%)

Fonte: Dados da pesquisa "Sexismo no campo das ciências agrárias" (2014).

Assim, constatou-se a influência significativa do sexo do professor-orientador em relação ao do orientando nos três níveis de formação acadêmica que geralmente precedem à docência – iniciação científica, mestrado e doutorado –, mas não no nível de formação que geralmente se realiza após o alcance da condição de docente. Percebeu-se, em termos dos dados analisados, que as professoras tendiam a orientar mais estudantes no nível mais básico, a iniciação científica, e a orientar mais mulheres que os professores, embora o seu percentual de orientação de homens fosse maior do que o de mulheres. Tal fato enfraquece a tese da influência da sociabilidade entre pessoas do mesmo sexo como explicativa para o fato de os professores orientarem mais homens que mulheres. Ou seja, as professoras orientavam mais mulheres que os professores, mas a orientação de homens dava-se em um percentual superior ao de mulheres. Assim, a tese da influência da sociabilidade entre iguais não se confirma para as professoras.

Considerações finais

Apontar para a existência de assimetrias de gênero na ciência já se constitui, em si, em um objetivo muito meritório, haja visto que a

evolução das configurações de gênero no campo científico ainda tem sido pouco pesquisada. Contudo, a principal contribuição deste artigo está em procurar identificar os mecanismos através dos quais essas assimetrias se institucionalizam no campo acadêmico. A pesquisa apresentada neste artigo, realizada nos cursos de pós-graduação da área de ciências agrárias da Universidade Federal de Viçosa, oferece a possibilidade de se analisar as assimetrias de gênero na ciência justamente em uma instituição onde se originaram as pesquisas científicas no Brasil. Dar visibilidade aos *tetos de vidro*, que não deixam que se percebam as barreiras existentes para que as mulheres consigam institucionalizar mecanismos de mobilidade ascendente no campo da ciência, pode contribuir para atenuar essas desigualdades de gênero na geração do conhecimento científico no Brasil. Assim, o principal objetivo desta pesquisa foi justamente o de compreender a forma como as desigualdades de gênero se estabeleciam dentro dos cursos de graduação do CCA/UFV, passando pelos programas de pós-graduação do referido centro e terminando na esfera da docência.

Ao se considerar o primeiro nível da formação acadêmica, a graduação, a pesquisa constatou percentuais acentuadamente diferenciados relativos à entrada e saída de homens e mulheres nos cursos de Agronomia, Cooperativismo, Engenharia Agrícola e Ambiental, Engenharia Florestal e Zootecnia do CCA: os homens apresentaram uma porcentagem próxima aos sessenta por cento na entrada e na saída dos cursos de graduação, enquanto as mulheres mantiveram este percentual próximo aos quarenta por cento em ambas as situações. Ou seja, tal situação sugere que a formação universitária não foi capaz de inverter os estereótipos sexuais vigentes socialmente e que preconizam o tipo ideal de profissão para homens e mulheres. Agronomia e Engenharia são carreiras com estereótipos sociais masculinos. Nos cursos de Cooperativismo e Zootecnia, esses percentuais de mulheres diplomadas são, por vezes, até maiores que os de homens. Tal

fato pode indicar, segundo Dubar (2005), que esses cursos não possuem um forte “viés de gênero” em relação às suas identidades profissionais. Segundo o autor, essa identidade profissional “engendrada” é alimentada internamente, no percurso da formação profissional, por grupos de referência, uma espécie de elite profissional que serve de modelo para a seleção e a formação dos “iniciados”.

Mas constatar esse viés masculino na formação profissional nos cursos das ciências agrárias da UFV, ou mesmo a grande disparidade entre o número de professores-orientadores e professoras-orientadoras na pós-graduação das agrárias, ainda não ajuda a compreender a forma como esse fenômeno se processa, nem torna visível o *teto de vidro* que encobre as barreiras que as mulheres enfrentam para romper a “segregação hierárquica” apontada por Silva (2010). Foi analisando mais profundamente as relações de orientação que emergiram algumas evidências instigantes.

Logo de início, na análise dos primeiros dados sobre a distribuição de pesquisadores e pesquisadoras nos quatro níveis de formação científica – iniciação científica, mestrado, doutorado e pós-doutorado –, constatou-se a segregação hierárquica já apontada por Rossiter (1982) em suas pesquisas da década de 1970. Os dados mostraram o maior percentual de homens em relação às mulheres em todos os níveis de qualificação na pós-graduação das ciências agrárias, com um crescimento contínuo da masculinização à medida que se avançava na qualificação acadêmica, um caso clássico de segregação sexual hierárquica.

Contudo, as primeiras evidências capazes de tecer uma explicação sobre os mecanismos sobre os quais essas desigualdades de gênero se reproduziam nas ciências agrárias da UFV surgiram a partir dos dados relativos à instituição na qual os docentes fizeram a sua graduação. Esse dado apontava para a grande importância dos vínculos de origem na passagem para a docência. Todavia, o mesmo não ocorria entre as professoras: entre elas, a

graduação não teve o mesmo peso que para os professores, tendo sido o mestrado um pouco mais significativo nesse sentido, mas ainda muito inferior às porcentagens alcançadas pelos professores.

Se havia a influência do vínculo de origem na ascensão dos estudantes à condição de docentes, era plausível supor que essa passagem era construída a partir dos vínculos de orientação, desde a iniciação científica. Assim, buscou-se analisar a influência do sexo do professor no padrão de orientação estabelecido com os estudantes de ambos os sexos. Na iniciação científica, as professoras orientavam proporcionalmente homens e mulheres, ao contrário dos professores, cuja orientação tendia para os homens. Ao se considerar a porcentagem de orientações no mestrado, percebeu-se uma tendência inversa: os professores orientavam um maior número de estudantes do que as professoras, sendo os seus orientandos majoritariamente do sexo masculino. Por fim, também no nível do doutorado, os professores tenderam a orientar mais estudantes do sexo masculino.

O argumento do maior número de orientandos homens justificar o maior percentual de orientandos dos professores pode ser, no entanto, relativizado quando se observa que as professoras, mesmo estando em franca minoria, são aquelas que mais orientam as estudantes mulheres, embora orientem ainda mais homens. Isso mostra que, mesmo que os professores fossem mais numerosos que as professoras, eles não orientavam mais mulheres que as professoras em nenhum nível da formação científica. Ou seja, a gendrificação na orientação dava-se pelo lado dos professores que, mesmo sendo superiores numericamente às professoras e tendo a possibilidade de orientarem mais mulheres em decorrência de sua superioridade numérica, não o faziam. Ficaram, então, evidenciados padrões distintos de orientação dos professores e das professoras em relação aos estudantes e às estudantes, em todos os níveis da formação como pesquisadores.

Referências

- ACKER, Sandra. The concerns of Canadian women academics: will faculty shortages make things better or worse? **McGill Journal of Education**, Quebec, v. 38, n. 3, p. 391-405, 2003.
- BARRAL, Maria José et al. (Ed.). **Interacciones ciencia y género: discursos y practicas científicas de las mujeres**. Barcelona: Icaria, 1999.
- DUBAR, Claude. **A socialização: construção das identidades sociais e profissionais**. São Paulo: Martins Fontes, 2005.
- HARDING, Sandra. **Whose science? Whose knowledge? Thinking from women's lives**. Itaca: Cornell University Press, 1991.
- HUGHES, Everett Cherrington. **Men and their work**. California: Free Press, 1958.
- HUGHES, Everett Cherrington. Métiers modestes et professions prétentieuses: l'étude comparative des métiers. In: HUGHES, Everett Cherrington. **Le regard sociologique**. Textes choisis et traduits par Jean Michel Chapoulie. Paris: L'ehess, 1996. p. 123-136.
- KELLER, Evelyn Fox. **Reflexiones sobre género y ciencia**. Valencia: Alfons e Magnanim, 1989.
- LETA, Jacqueline. As mulheres na ciência brasileira: crescimento, contrastes e um perfil de sucesso. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 17, n. 49, p. 1-17, set./dez. 2003.
- MELO, Hildete Pereira de; LASTRES, Helena Maria Martins. Mulher, ciência e tecnologia no Brasil. In: UNESCO. **Proyecto Iberoamericano de Ciencia, Tecnología y Género (GENTEC): Reporte Iberoamericano**. Madrid, OEI, 2004. p. 85-88.
- MERTON, Robert. **Teoría y estructura sociales**. México: Fondo de Cultura Económica, 1987.
- ROSEMBERG, Fúlvia. Caminhos cruzados: educação e gênero na produção acadêmica. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 27, n. 1, p. 47-68, jun. 2001.
- ROSSITER, Margaret W. **Women scientists in America: struggles and strategies to 1940**. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 1982.
- SAAVEDRA, Luísa et al. (A)Simetrias de gênero no acesso às engenharias e ciências no ensino superior público. **Ex Aequo**, Lisboa, n. 23, p. 163-177, 2011.
- SABOYA, Maria Clara Lopes. Relações de gênero, ciência e tecnologia: uma revisão da bibliografia nacional e internacional. **Educação, Gestão e Sociedade**, Jandira, v. 3, n. 12, nov. 2013.
- SCHIEBINGER, Londa. **O feminismo mudou a ciência?** Bauru: Edusc, 2001.
- SCHIEBINGER, Londa. **The mind has not sex? Women in the origins of modern science**. Cambridge: Harward UP, 1989.
- SEDEÑO, Eulalia Pérez. Las culturas de la ciencia y los análisis de género. In: SEDEÑO, Eulalia Pérez et al. **Ciencia, tecnología y género en Iberoamérica**. Madrid: Consejo Superior de Investigaciones Científicas, 2006. p. 241-250.
- SILVA, Elizabete Rodrigues da. **A (in)visibilidade das mulheres no campo científico**. Disponível em: <http://www.faecetec.rj.gov.br/desup/images/.../v2.../art_>. Acesso em: 10 dez. 2010.
- ZUCKERMAN, Harriet; COLE, Jonathan. **The outer circle: women in the scientific community**. Columbia: Hardcover, 1991.

Recebido em: 07.04.2015

Aprovado em: 17.12.2015

Ana Louise de Carvalho Fiúza é doutora em ciências sociais em desenvolvimento, agricultura e sociedade pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ). É professora associada II do Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural na Universidade Federal de Viçosa (UFV) e coordenadora do Grupo de Estudos Rurais: agriculturas e ruralidades (GERAR).

Neide Maria de Almeida Pinto é doutora em ciências sociais pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). É professora associada III do Programa de Pós-Graduação em Economia Doméstica na Universidade Federal de Viçosa (UFV) e vice-coordenadora do Grupo de Estudos Rurais: agriculturas e ruralidades (GERAR).

Elenice Rosa Costa é mestre em educação pela Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP). É pedagoga e especialista em gestão de políticas públicas, com foco na temática de gênero e raça, pela Universidade Federal de Viçosa (UFV).